

A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA NOS MANUAIS DIDÁTICOS: UMA RELEITURA*

Angelo Priori**

RESUMO:

O presente texto tem o objetivo de discutir a concepção de história veiculada em 4 manuais didáticos utilizados nas escolas públicas de 5ª a 8ª série do 1º grau na cidade de Maringá, Estado do Paraná. A escolha desses manuais deveu-se ao fato de serem utilizados em oito das dez escolas que os estagiários da disciplina Prática de Ensino de História II desenvolveram suas atividades no ano de 1992.

UNITERMOS:

livros didáticos; história; indústria cultural

Inicialmente, devo ressaltar, por experiência profissional, que o livro didático é o recurso mais utilizado pelos professores que ministram aulas de História¹.

Por um lado, o livro é tido pelo professor como um coadjuvante, que se destina a instruir e proporcionar ao aluno o conhecimento. Com conteúdos simplificados, são direcionados a uma clientela definida. Por outro lado, o livro didático, além de “objeto da indústria cultural do Brasil”, é uma mercadoria, e como tal está submetido às leis do mercado.

* Originalmente publicado em *História & Ensino*, n. 1, 1995. p. 17-22, 1995.

** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – Pr.

¹ Os manuais escolhidos são os seguintes: SANTOS, Maria Januária Vilela. *História Antiga e Medieval*. 20 ed. São Paulo: Ática, 1991; SOUZA, Osvaldo Rodrigues. *História do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Ática, 1991; ARAÚJO, Antoracy Tortorelo. *História do Brasil: descoberta e início da liberdade*. São Paulo: Editora do Brasil, 1995; CAMPOS, Raimundo. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.

Como capitalista que é a nossa sociedade e com um Estado privatizado como o nosso, este adquire para as escolas aqueles livros que lhe são proporcionados maiores vantagens econômicas, ou aqueles que proporcionam maiores vantagens econômicas aos seus administradores².

Não quero aqui entrar no mérito da comercialização do livro didático. Tido como mercadoria, uma boa parte da literatura que analisa esses manuais, considera-o como “instrumento de reprodução ideológica” da sociedade dominante. A mesma literatura que entende o livro assim, também entende que a escola nada mais é que um “aparelho ideológico do Estado” ou um “espaço privilegiado da reprodução social”, para usar dois termos, um advindo de Althusser e outro de Bordieu-Passeron, tão em voga entre os nossos “pensadores da educação”³. Quem vê o livro e a escola assim, não deixa de ter razão. Porém, a meu ver, não conseguiremos aprofundar a análise com uma visão tão mecanicista e reducionista como esta.

Segundo Marcos Silva “falar sobre o livro didático, é antes de mais nada, analisar o livro didático de história e refletir sobre o conhecimento histórico. Discutindo o livro didático de história, então, aborda-se problemas que são comuns a qualquer tipo de conhecimento em história” (SILVA, 1990).

Refletir o conhecimento histórico sobre uma realidade concreta não é tarefa simples. A situação social de nossos

² Para uma abordagem mais longa sobre estes pontos ver: FRANCO, Maria Laura P.B. *O Livro didático de História no Brasil*. São Paulo: Global, 1992; VESENTINI, Carlos Alberto. *Escola e Livro Didático de História*. In: SILVA, Marcos (org.) *Repensando a História*. São Paulo, Marco Zero/Anpuh, [19--]; FONSECA, Selva G. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.

³ Para uma crítica mais elaborada das teorias de Althusser e de Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron, ver: SILVA, Marcos; ANTONIACCI, Maria Antonieta. *Vivências da Contramão: produção do saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus*. *Revista Brasileira de História* (19). São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1990.

alunos, as condições de trabalho e dos salários dos professores, além da infra-estrutura de nossas escolas, apresentam elevada porcentagem de precariedade. Dentro deste quadro alarmante, como se enquadra o livro didático? Será ele o ponto de ligação entre aluno e professor? Como trabalhar com estes manuais, quase sempre o único recurso que alunos e professores detêm?

Por pior que seja o livro didático, por mais generalizante e por mais fatural que se apresente, alunos e professores poderão elaborar um trabalho crítico, que consiga, com a introdução de novas fontes, ampliar os limites da análise histórica⁴. Ou então, a partir da experiência de alunos e professores, contrapor uma análise crítica aos manuais utilizados nas salas de aula⁵.

II.

Após essas considerações, passo agora a analisar as concepções de história veiculadas nos manuais didáticos escolhidos.

Cabe ressaltar que a partir de 1991 o Estado adotou o novo currículo básico para as escolas públicas do Paraná, onde fez-se uma crítica ao ensino de história até então ensinado, propondo uma revisão do mesmo.

Na proposta curricular, enfatiza-se a necessidade de “romper com uma forma de ensino onde o aluno se encontre numa posição passiva de aprendizagem, num círculo vicioso de reprodução de um conhecimento fechado, enclausurado numa

⁴ Um exemplo bem sucedido de análise histórica a partir de manuais didáticos encontramos em GONÇALVES, José Henrique R. *A Guerra do Contestado, 1912/1916: uma síntese escolar*. In: *Apostamentos* (27). Maringá: Eduem, 1994.

⁵ Sobre a noção de “experiência” e a contribuição deste conceito para ampliar os limites da pesquisa histórica, ver: PRIORI, A. *História regional e Local: métodos e fontes*. In: *Pós-História* (2). São Paulo: UNESP, 1994.

relação de causas e conseqüências, onde a história é tão somente o conhecimento do passado” (PARANÁ, 1990).

Esse rompimento se daria através de uma concepção renovada que possibilitasse a construção da história como ciência. Para isso seria necessário, segundo a proposta, conceber a história como “devir” e “prática” concreta do homem e, ao mesmo tempo, estudá-la em seu “movimento contínuo, dinâmico, total e plural” (PARANÁ, 1990).

Mesmo não concordando com a noção de história veiculada na proposta do Estado, como o leitor perceberá adiante, notamos no entanto, que as concepções de história adotadas pelos manuais escolhidos não vão ao encontro dessa revisão pretendida.

Em dois manuais aqui abordados, a definição de história tem quase o mesmo sentido. Para Maria Januária, história é o “conhecimento da vida dos homens; como era, como é, e o que nela se modificou com o passar do tempo” (SANTOS, 1991), enquanto que para Antoracy Araújo, história é o “estudo daquilo que os homens realizaram, da maneira como viveram, como se alimentaram, como moraram, de que maneira trabalham e porque trabalham” (ARAÚJO, 1985).

Nota-se que a preocupação desses autores é restringir a história como algo longínquo, distante de nossa realidade atual, e que este passado quase não apresenta uma relação com o presente.

Já Osvaldo Rodrigues de Souza tem a reocupação de apresentar esta relação passado/presente. Para este autor, história é a “ciência que estuda o passado da humanidade e seu relacionamento com o presente” (SOUZA, 1991). No mesmo sentido, Raimundo Campos diz que a história, “como forma de conhecimento, estuda a vida das diversas sociedades através do tempo, do passado até o presente” (CAMPOS, 1985).

A diferença entre o dois primeiros autores com relação aos dois últimos é significativa. Enquanto aqueles vêm a

história à distância, no alto de seu pedestal, estes procuram interagir-la com o presente. No entanto, nenhum dos autores concebeu a história como o “conhecimento do passado humano” (MARROU, 1978) ou aquilo que se pode apreender desse passado.

Aliás, a palavra “conhecimento” aparece em dois autores: Maria Januária e Raimundo Campos. Somente este último abre espaço na sua concepção de história para pensar o conhecimento como a

relação, a conjunção, estabelecida por iniciativa do historiador, entre dois planos da humanidade, o passado vivido pelos homens de outrora, o presente onde se desenvolve o esforço de recuperação desse passado em benefício do homem, e dos homens que virão” (MARROU, 1978).

Os demais autores, como frisei, não concebem a história como uma relação ativa com o passado. Para eles, a história aparece como um tribunal, onde

domina a los hombres desde el exterior, que ejerce sobre ellos una autoridad suprema por estar inscrita en un pasado por definición irreversible y que hay inclinarse docilmente ante ella. Que, por lo tanto, es el pasado el que manda en el presente (CHESNEAUX, 1977).

Estes autores não conseguem vislumbrar que para se relacionar com o passado, tendo como base o conhecimento histórico, é necessário fazer uma inversão do tempo, ou seja, pensar o passado a partir do presente.

Na seqüência deste raciocínio, cabe resgatar que se a história é o conhecimento que o historiador elabora a partir da leitura que se faz do passado, isto é, do passado humano, este passado se apresenta como

comportamento suscetível de compreensão direta, de apreensão pelo interior, ações, pensamentos, sentimentos e também todas as obras do homem, as criações materiais e espirituais de suas sociedades e de suas civilizações, obras através dos quais alcançamos o seu criador, em síntese, o passado do homem enquanto homem, do homem já tornado homem... (MARROU, 1978).

Compreender o passado humano, conforme aborda Marrou, é abrir espaço para pensar a cultura humana, para conceber um saber que esteja aberto ao mundo e a nós mesmos, e não fechado dentro do rigor teórico que aparece nos manuais, enaltecendo uma visão histórica voltada para o político e elucidadora dos grandes acontecimentos e batalhas.

Compreender o passado humano, ainda conforme Marrou, é abrir espaços para a análise das experiências humanas de “homens e mulheres” que retornam como sujeitos da história, que retornam não experimentando suas experiências apenas como idéias, mas também como sentimentos e

lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981).

III.

Ao terminar este pequeno texto, na forma de *pos-escritum*, devo alertar que após quase cinco anos de implantação do novo currículo básico de história no Estado do Paraná e da presente política de Cursos de Capacitação Docente desenvolvida pelo Estado, pouco se avançou no sentido de uma real transformação no ensino de história. Os baixos salários e as precárias condições de trabalho, aliados à falta de um hábito de leitura e da

vontade de adquirir conhecimentos históricos por parte dos professores, são, sem sombras de dúvida, um entrave na melhoria do ensino de história do Paraná.

Referências

ARAÚJO, A. T. *História do Brasil: descoberta e início da liberdade*. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.

CAMPOS, R. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.

CHESNEAUX, J. *Hacemos tabla rasa del pasado?*. Madrid: Siglo XXI, 1977.

FONSECA, S. G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FRANCO, M. L. P. B. *O livro didático de história do Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

GONÇALVES, J. H. R. A Guerra do Contestado, 1912/1916: uma síntese escolar. In: *Apostamentos* (27). Maringá: Eduem, 1994.

MARROU, H. I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. *Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná*. Curitiba, 1990.

PRIORI, A. História Regional e Local: métodos e fontes. *Pós-história*, São Paulo:, v. 2, 1994.

SANTOS, M. J. V. *História antiga e medieval*. 20 ed. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, M.; ANTONIACCI, M. A. Vivências da Conramão: produção do saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus. *Revista brasileira de história* (19), São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1990.

SOUZA, O. R. *História do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Ática, 1991.

THOMPSON, C. A. Escola e Livro Didático de História. In: SILVA, M. (org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1981.

ABSTRACT:

The present text has the objective of discussing the history conception transmitted in 4 didactic manuals used at public schools from 5th to 8th grades of the 1st degree in the city of Maringá, Paraná State . The choice of those manuals was due to the fact that they are used in eight of ten schools where trainees of the discipline of Practical Teaching of History II developed their activities in the year of 1992.

KEY WORDS:

text books, history, cultural industry